

O ENSINO REMOTO NO GOVERNAMENTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Nayara Regyna da Silva Martins¹
Mônica de Oliveira Costa²
Caroline Barroncas de Oliveira³
Monica Silva Aikawa⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar como o ensino remoto atua no governo na formação inicial de professores devido o fechamento das universidades frente à pandemia por Covid 19. Em vias teórico-metodológicas este trabalho transita nas fronteiras dos estudos pós-críticos e o caminho delineado iniciou com uma investigação exploratória sobre o pensamento de Foucault acerca da governamentalidade, suas características e modos de funcionamento. Seguido da escrita de si por meio de narrativas e finaliza com um procedimento analítico das recorrências e desvios da narrativa constituída na formação inicial de uma estudante e uma professora em tempo de pandemia. Desta forma, a possibilidade de o ensino remoto ser escrito, ter sua vida diante da morte do ensino presencial é mais do que uma técnica de governo e sim uma prática de composição de subjetividades. É no espaço da narrativa que buscamos enxergar a escrita como processo de subjetivação e de prática de si que autorize que esse sujeito encontre seu espaço de liberdade, resistindo aos poderes disciplinares e biopolíticos da sociedade moderna. Assim, entre as fissuras tramamos abrir brechas por outros modos de subjetivações que nos coloque a conviver com o mundo e o incontrolável em meio ao professorar.

Palavras-chave: Governamentalidade, Formação, Ensino Remoto.

INTRODUÇÃO

Quando Itaro caçou o besouro e o golpeou, até que o seu corpo mínimo restasse apenas mancha na madeira do chão, era mais do que o besouro que queria matar. Itaro queria matar uma ideia.

Valter Hugo Mãe, 2016.

A epígrafe que abre este trabalho foi retirada da obra *Homens imprudentemente poéticos* (2016), de Valter Hugo Mãe, que conta a história de Itaro e Saburo, dois vizinhos que no secreto de suas almas arquitetam a morte um do outro. Itaro é um jovem artesão (fazedor de leques) que possui um dom peculiar: era capaz de ler na morte, as entrelinhas

¹ Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Integrante do Programa de Iniciação e Tecnológica – PAIC/PIBIC/CNPQ. E-mail: nayararegyna141@gmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC-UEA/UFTM/UFPA). Professora Adjunta da UEA – Pedagogia. E-mail: mdcosta@uea.edu.br ORCID: 0000-0003-3771-3955.

³ Doutora em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC-UEA/UFTM/UFPA). Professora Adjunta da UEA – Pedagogia. E-mail: cboliveira@uea.edu.br

⁴ Mestre em Educação em Ciências na Amazônia (Universidade do Estado do Amazonas – UEA). Professora Assistente do Curso de Pedagogia – UEA. E-mail: maikawa@uea.edu.br.

da vida. Nesta obra, a morte e a vida não são opostas, mas complementares, já que a morte nos lembra da sonolência da vida, enterrada na pressa cotidiana de existir.

É dessa mesma matéria que este artigo é feito: olhar para as supostas complementaridades do ensino remoto e do governar na formação inicial de professores. Sinteticamente, o objetivo do trabalho é problematizar como o ensino remoto atua no governo na formação inicial de professores devido ao fechamento das universidades frente à pandemia por Covid-19.

Em vias teórico-metodológicas este trabalho transita nas fronteiras dos estudos pós-críticos e o caminho delineado iniciou com uma investigação exploratória sobre o pensamento de Foucault acerca da governamentalidade, suas características e modos de funcionamento. Seguido da escrita de si por meio de narrativas onde essa escrita transmuta-se em um processo de subjetivação de si (BERTO, 2019) e finaliza com um procedimento analítico das recorrências e desvios da narrativa constituída na formação inicial de uma de uma estudante e uma professora em tempo de pandemia.

Relembramos que as aulas presenciais foram suspensas no Brasil a partir da Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, que autorizou a substituição de disciplinas presenciais por aulas que se utilizassem de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). E na ocasião foram estabelecidas as disposições possibilitando o acesso aos meios digitais enquanto durasse a pandemia do Novo Coronavírus–Covid-19, além de outras que trataram da reorganização do calendário escolar frente à realização de atividades não presenciais no ensino (Parecer CNE/CP nº 5/2020), descrevem orientações educacionais para ações pedagógicas não presenciais (Parecer CNE/CP nº 11/2020).

Estas deliberações legais, vestidas inicialmente de apoio às reorganizações da escola nesse tempo de pandemia, se personificam na Lei nº 14.040 de 17 de agosto de 2020, que “Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública” (BRASIL, 2020, p. 1) e declaram sua verdadeira intenção na regulação das ações pedagógicas em meio digital, em seu papel pastoral.

Nesses tempos que a educação deste país enfrentou uma reviravolta frente às questões decorrentes da pandemia da Covid-19, na qual as escolas foram obrigadas a uma (re)organização de como desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. É a partir do Decreto nº 42.061 de 16 de março de 2020 e regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação Resolução 03/2020 que autoriza a continuidade das aulas da rede pública estadual de ensino na modalidade não presencial, por meio do Programa “Aula em casa”

(ensino remoto) e que especifica também que o retorno às aulas presenciais ou semipresenciais estão suspensas. Uma nova realidade surge diante de professores e estudantes, exigindo que suas preocupações se voltem para as questões educacionais e para o cuidado da própria vida.

Utilizando a ferramenta da governamentalidade de Michel Foucault, entendida como um modo de conduzir a população, uma forma de poder que têm como saber a economia política e por instrumento os dispositivos de segurança, assumimos que tal ferramenta nos possibilita uma compreensão de como as universidades se organizaram em seus processos formativos e os modos como os professores em formação inicial precisam estar atentos aos mecanismos de governo se percebendo dentro dele, refletindo sobre o papel que ocupa neste organismo de condução de vidas e o ensino remoto como um mecanismo discursivo usado para condução da população, tanto em nível individual quanto coletivo, através de uma rede complexa de relações de poder.

Diante do contexto da pandemia que assolou o mundo com o vírus da Covid-19 que causou situações de distanciamento/isolamento social e conseqüentemente situações de emergência para vários campos da sociedade, principalmente na educação, afetando de forma direta o ensino e aprendizagem de todos, desde a educação infantil até os que estão nas faculdades e universidades deste país. Mas antes de tudo, necessitamos entender como esta pandemia mexeu com as estruturas educacionais e afetou de forma direta o trabalho dos docentes.

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi considerado situação de pandemia global pelo vírus da Covid-19 a partir de março de 2020, sendo que sua disseminação ocorreu no final de 2019, o que causou várias medidas preventivas como o uso da máscara em qualquer ambiente seja público ou privado, uso de álcool em gel e evitar contato e aglomerações. Com isso, as aulas foram suspensas em todos os ambientes educacionais e até o próprio Ministério da educação teve que se adaptar a situação emergencial que surgiu nestes tempos. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no seu Art. 80 determina que o Poder público incentive o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Com isso, o MEC através do Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020 Art.

No âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal, bem como nas secretarias de educação e nas instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, as atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão ser utilizadas em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança – quando houver suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais e condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança.

O ensino remoto não é o mesmo que o EAD – Ensino à distância – pelo contrário, existem grandes diferenças como são trabalhadas. Neste momento de pandemia, o ensino remoto surge como “ajuda” aos estudantes e para que não percam o ano letivo, seguindo a ideia do planejamento presencial, o que é uma boa ideia, mas que ao mesmo tempo, expõe as dificuldades que tanto os alunos como os professores enfrentam até o momento, o que também justifica a falta de acesso de uma parte dos estudantes. Para os professores, as dificuldades encontradas foram adaptar-se ao novo ambiente tecnológico, além da sobrecarga de trabalho já existente e que é ignorada pelo atual governo, o que vem a ser uma das várias formas de imposições que o governo usa como justificativa para que os salários dos professores estejam sendo pagos nestes tempos tão sombrios que a educação nossa vive nos dias atuais.

Diante disso, apresentamos que este trabalho segue a narrativa de acontecimentos decorrentes desse processo formativo inicial de docente e do mesmo modo, ecoa nuances do professorar no ensino superior no estado de pandemia por covid-19, tendo o ensino remoto como alinhavo, temporalmente localizado no segundo semestre de 2020. Os acontecimentos são oriundos de uma estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia e bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica da Universidade do Estado do Amazonas – PAIC e de professoras formadoras que compartilharam do processo vivido.

Assim, organizamos a problematização em dois pontos: o primeiro explicitando o que seria a governamentalidade e sua atuação na formação de professores e o segundo, discutindo acontecimentos no/do ensino remoto que se mostram como modos de governo de estudantes e professores.

E tal como Saburo desperta a vida com o cultivo de seu jardim na entrada da Floresta Aokigahara e Itaro lê a vida nas entrelinhas da morte, discutimos a governamentalidade a partir de narrativas docentes diante da distopia pandêmica em busca de brechas frente às relações de poder exercidas em cima do indivíduo, em especial desse indivíduo do professorar.

A GOVERNAMENTALIDADE E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Estavam vivos e juntos, pensavam. Estavam vivos e juntos. A felicidade poderia ser aquilo.

Valter Hugo Mãe, 2016.

Ao tomar a ferramenta foucaultiana da governamentalidade e seus efeitos na formação inicial de professores, desejamos provocar refletir sobre algumas experiências advindas do ensino remoto, nos permitindo olhá-lo como modos de (des)aprender e (des)ensinar mesmo vivendo fora daquilo que se chama normalidade. Ou talvez experimentando a euforia de simplesmente estar vivos, como nos aponta Valter Hugo Mãe na epígrafe que abre esse tópico.

As ferramentas de Michel Foucault nos ajudam a problematizar de forma potente a sociedade atual na mesma medida que nos possibilita compreender as relações de poder exercidas na rede discursiva na qual o discurso escolar se estabelece. A análise foucaultiana do poder não busca entender as formas regulamentadas/legítimas do seu exercício que se encontram no centro das discussões, mas principalmente preocupar-se com as fronteiras e extremidades que o constituem, com suas formas mais locais.

Como consequência, uma ruptura importante a ser assinalada é de que a ideia tradicional do poder como representação do Estado é abandonada por Foucault. Nesse contexto, os poderes deixam de ser analisados como derivados da soberania, como exercício vertical do Estado, passando a ser investigado a partir das relações de poder que são historicamente inventadas.

[...] em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. [...] somos forçados a produzir verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar. [...] Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade (FOUCAULT 1999, p. 29).

Outro pensamento de Foucault acerca do poder é considerar seu funcionamento em cadeia, ou melhor, dizendo, não localizá-lo num local específico, como um bem que se pode apropriar-se e exercer uns sobre os outros, portanto não há um titular do poder ou uma espaço/organização destinado ao seu exercício, como as instituições sociais. É algo que se exerce em rede na qual circulam os indivíduos, ora submetidos ao poder ora exercendo-o. É nessa perspectiva que Foucault se interessa pelos efeitos de verdade que o poder produz, como este se legitima e inventa discursos que funcionam como norma. Esta ferramenta se desdobra na ideia de biopoder, entendido como

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana (FOUCAULT, 2008, p. 3).

É nessa linha de pensamento, que o autor realiza análises/discussões dos termos segurança, território e população e como elas se “encaixam” dentro da nossa sociedade e definindo o termo governamentalidade. Ao discutir a cerca desta ferramenta, Foucault no curso ministrado no Collège de France - Segurança, Território, População (1977 - 1978) conceitua governamentalidade como um conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que permitem exercer a forma específica e complexa de poder que tem como alvo a população (economia política, dispositivos de segurança) e que se pode chamar de governo sobre todos os outros.

É uma espécie de contrato entre tecnologias de dominação dos outros voltados à dominação do eu. Em suma, “o encontro entre técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 1988, p. 84 apud REVEL, 2005). Em outras palavras, é através do controle de massas que o controle feito pelo governo surge através das relações de poder exercidas em cima do indivíduo. Nesse processo, e no ponto de vista de quem manda, o seu poder é exercido e no lugar de quem obedece (os indivíduos) só resta mesmo, se permitir, ou não, de ser controlado através da disciplina. Foi através do que seria os mecanismos de poder desde a antiguidade – Grécia antiga até os tempos modernos.

As escolas são baseadas pelas regras instituídas dentro dos conventos, hospitais e quartéis militares, no qual tudo era e ainda é voltado para a disciplina, o que influencia de forma direta como os trabalhos dentro das escolas são organizados, desde como ficar

numa fila, a forma como as carteiras das salas estão posicionadas (modelo panóptico) e como a disciplina torna-se um hábito, e do hábito torna-se norma, o que Foucault chamava de “normação” (normalização) que se consegue através da disciplina, estabelecendo procedimentos e que dita o que é normal e o que não é.

Após a compreensão do que seria governamentalidade, precisamos entender como isso funciona dentro da escola, entre professores, estudantes e a instituição escolar.

A escola (a instituição escolar) exerce um papel importante tanto nas individualizações de controle – disciplinares, tanto quanto na chamada Biopolítica, fazendo assim o uso de mecanismos cuja intenção nada mais é de governar a população e os seus fenômenos. Foucault explica que o controle sempre fez parte das sociedades e focando no chamado poder pastoral cuja a “ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território” (FOUCAULT, 2008, p. 21), que explica que o pastor “zela”, observa e fica atento a qualquer ato (controle) do rebanho. Essa ideia ajudou no processo de governamentalidade do Estado moderno ou como Foucault chama de “a formação do Estado governamentalizado”.

A educação escolar tornou-se uma instituição privilegiada na qual institui o indivíduo a criar sua singularidade, mas que ao mesmo tempo, cria posições aos quais o indivíduo seja subordinado a um todo social, os chamados “corpos dóceis” (trabalhados desde a educação infantil através da disciplina, para que se adequem ao que é esperado pela sociedade). Com isso, a escola é mais um dispositivo disciplinar “Na modernidade, a escola tornou-se a mais generalizada instituição de sequestro, sendo sua ação muito mais decisiva para a constituição das sociedades disciplinares do que outras instituições tais como a prisão, o exército, o hospital ou a fábrica” (VEIGA-NETO, 2011, p. 7). Dessa forma, questionamos: como estar vivos e juntos frente a escola como dispositivo disciplinar? Frente o ensino remoto e os desafios da vida e da morte que a situação pandêmica nos traz?

O CASO DO ENSINO REMOTO

Bateu com a pedra, e havia uma raiva crescente, uma incontrolável vontade de ferir algo que se ausentava da realidade tangível do mundo.
Valter Hugo Mãe, 2016.

O mundo estava tentando se adaptar ao desconhecido vírus, que ceifou vidas e mudou muita coisa no cotidiano, com isso, veio também a necessidade do retorno das aulas, de uma forma meio que urgente, remota, mas sem a devida preocupação se o meio educacional estava preparado para isso. O mundo, a família, os professores, os governantes buscavam alternativas de controle sobre o incontrolável. Como seria o mundo sem a Escola? Ou a Escola sem seus muros e salas?

Ao ser anunciado esse retorno, não foi valorizado a situação a qual cada pessoa estava vivendo naquele momento, como as condições físicas, materiais e principalmente o emocional de cada um estava e, para os professores não foi diferente. Foi observado que as dificuldades de se exercer a docência nesses tempos foi muito difícil, pois os professores tinham que se dividir entre serem editores de vídeos, apresentadores, fazer planejamentos, plano de aula e ainda ter tempo de dar a aula organizada e trabalhando da sua casa (home office), local onde já estava cheio dos seus problemas internos. Enfim, o trabalho só aumentou, pois saiu do chão da escola e invadiu seu espaço familiar, causando alguns problemas ou evidenciando outros já preexistentes.

Raras são as chances que ofertamos para que, com crianças e jovens, e mesmo entre nossos pares de adultos, conversemos abertamente sobre as pulsões que habitam nossas existências, o que favorece um movimento permanente de silenciamento para com as coisas que se passam em sua vida, nas relações humanas e inumanas a que tem contato e constroem diariamente, seja no núcleo familiar, de amigos ou, até mesmo na escola (RIGUE, DALMASO, 2020, p.135).

Nos dobramos, redobramos e desdobramos a ver a vida como era antes da pandemia vivenciada, mas o mundo-vida nos convoca a algo que nos desfaz, pois arraigados a posições fixas de sermos e estarmos que a sociedade se desestabiliza frente as novas exigências de vida e sobrevivência desta. E como não se sentir frustrada como uma estudante? Difícil responder esta questão sem se sentir deste modo, pois a própria universidade não nos deu um amparo devido em relação de como agir neste momento tão novo ao impor o retorno das aulas no meio dessa turbulência que foi a pandemia. Isto nos faz pensar o que de experiência estamos tendo frente as situações da pandemia Covid-19 e o nosso ato de professorar? O que de fato nos toca, que não seja projeto do fluxo institucionalizado?

Juntando com as preocupações que já existiam de forma interna, a pandemia trouxe mais, causando ansiedade, pânico e medo. A outra questão a ser observada é a falta de

identificação que nós estudantes, universitários e até mesmo pelos professores em se acostumar ao ensino remoto, nós que tivemos a vida acadêmica quase toda na forma presencial e ter que se “adaptar” de forma rápida a este ensino não tem sido nada fácil. Sentimos falta do modo presencial, de ver e ser ouvida olhando nos olhos, do contato com o outro e não deste modo imposto pelo sistema.

O ensino remoto visto pela via da habitual sala de aula, numa perspectiva da busca do que era e uma suposta adaptação momentânea. Tanto professores, quanto estudantes retornaram para uma possibilidade de ensino (no caso o remoto) mobilizados por uma vontade de ausência, pois sem saber como lidar com tantos desafios organizacionais, psíquicas e biológicas chegamos a problemas iniciais de aproximação entre nós, de angústias frente ao incontável.

A relação de poder estabelecida entre professores e estudantes gerencia o controle dissipado pelo ensino universitário, uma vez que com a limitação em não estabelecer a frequência e o uso de câmeras de forma obrigatório nas aulas remotas foram e ainda são um dos grandes desafios para nós professores que percorremos uma tradição do controle e do que dele dispara para as práticas de si fundamentadas em um governo de ensino universitário.

A ausência da realidade tangível nos faz pensar sobre a experiência que é cada vez mais rara, por falta de tempo. Tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera (LARROSA, 2002). Deste modo, como permitir que os medos, as mortes e tudo que estamos vivenciando frente as situações da pandemia nos faça mobilizar outros modos de professorar e de existências? O que olhamos, escutamos, sentimos frente ao isolamento físico e ensino remoto que seja de fato uma experiência, ou um saber da experiência?

Na escola, tivemos o contato de forma on-line, pelas plataformas digitais, o whatsApp foi um grande aliado, mas ao mesmo tempo foi o que atrapalhou o sossego da maioria dos professores, pois alguns pais só tinham tempo de entrar em contato fora do horário de aula, assim como a conexão de internet, que foi outro fator negativo deste ensino remoto. Tantos desafios postos para olharmos na morte, na ideia de fechamento, de impossibilidades e enxergarmos a vida que há coexistindo com a morte (com a ideia de não adaptação do ensino presencial em relação ao ensino remoto).

O que o ensino remoto nos convida a pensar e sentir além do controle exacerbado do professor, o estudante dependente dos comandos dados? De que forma podemos alterar do governo exercido pelo discurso de um ensino pautado na fisicalidade, na cognição desvinculada de um ser integral, de um ensino funcional? Sendo como Larrosa nos diz: “um saber que esteja atravessado também de paixão, de incerteza, de singularidade. Um saber que dê um lugar a sensibilidade, que esteja de alguma maneira incorporado a ela, que tenha corpo. Um saber, além do mais, atravessado de alteridade, alterado e alterável. Um saber que capte a vida, que estremeça a vida” (2016, p.26).

Saber este que nos ensine a viver, pois a Pandemia Covid-19 nos fez mobilizar aprendizagens para estar vivo. Temos urgência em aprender a estar vivo e isso é formação, necessita um processo para aprender.

Aprender a estar vivo é aprender. Por isso parece-nos tão consistente pensar em estar atento ao que o mundo nos convoca, assumindo o risco de um viver que afirma o que chega, somando forças e abrindo espaço para o que sentimos, nas dobras. Estar conectado com os chamados, nas existências impensáveis, porém, que por direito, nos ajudam a investir em modos não ideias nem romantizados de sofrer e se alegrar, de amar e cuidar, morrer e de viver, de estarmos juntos em educação (RIGUE, DALMASO, 2020, p.146).

Desta forma, a possibilidade de o ensino remoto ser escrito, ter sua vida diante da morte do ensino presencial é mais do que uma técnica de governmentação e sim uma prática de composição de subjetividades. É no espaço da narrativa que buscamos enxergar a escrita como processo de subjetivação e de prática de si que autorize que esse sujeito encontre seu espaço de liberdade, resistindo aos poderes disciplinares e biopolíticos da sociedade moderna. Assim, entre as fissuras tramamos abrir brechas por outros modos de subjetivações que nos coloque a conviver com o mundo e o incontrolável em meio ao professorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma alegria naquele bocado de morte.

Valter Hugo Mãe, 2016.

Com a chegada da pandemia Covid-19 nos deparamos com bocado de morte, não somente das mortes das pessoas acometidas pelo vírus, mas junto a eles vieram as mortes

de modos de ser e estar de um ensino pautado na presença física, nas práticas de si de um professorar permeados de controles e poder. Balançar as estruturas de um professorar com um chão estabelecido e formado com tijolo e cimento é um desafio que a pandemia nos traz para disparar outros modos de existências.

A mobilização deste trabalho se deu a partir da possibilidade de como o ensino remoto atua no governmento na formação inicial de professores devido o fechamento das universidades frente à pandemia por Covid 19. Esse percurso nos possibilitou pensar em modos de atuação docente no Ensino Superior que tem em seu movimento o devir e a busca em romper com práticas de formação institucionalizadas, principalmente, em olhar o ensino remoto pelo viés do ensino presencial.

O ensino remoto aqui problematizado busca mobilizar subjetivações de práticas formativas e modos de se professorar no Ensino Superior que nos (con)forma diante os interesses, os projetos, as ações cotidianas, as correntes de pensamento, além de envolver a ruptura do formalizado pelas subjetivações existentes para a invenção de outros modos de professorar pautado em um governmento na formação inicial a partir do cuidado de si.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Capes pela concessão de bolsa de Paic - Programa de Apoio à Iniciação Científica da Universidade do Estado do Amazonas a primeira autora deste trabalho.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M.. **Segurança, Território, População:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 14.040**, de 17 de ago. de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Brasília, DF: DOU, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARVALHO, A. F. de. Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. **Pro-Posições** [online]. 2014, v. 25, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200006>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

FOUCAULT, M.. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).

Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: Surveiller et punir.

FREITAS, A. S. **Michel Foucault e o “cuidado de si”: a invenção de formas de vida resistentes na educação.** **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 167–190, 2010. DOI: 10.20396/etd.v12i1.847. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/847>. Acesso em: 9 jul. 2021.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault.** Coleção Educação: Experiência e Sentido – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Rev. Bras. Ed.**, 19, 2002. p.20-28.

LARROSA, J. **Tremores:** escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

PEREIRA; A. de J. NARDUCHI, F. MIRANDA, M. G. de. Biopolítica e educação: Os impactos da Pandemia de COVID-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus.** Rio de Janeiro. ISSN: 1981-1896. V.25, n. 51. Pág. 219-236. Jul./out. 2020.

RIGUEL, Fernanda Monteiro; DALMASO, Alice Copetti. **ESTAR VIVO: APRENDER. Criar Educação,** Criciúma, v. 9, nº 3, ago/dez. 2020.

VEIGA-NETO, A. Educar como arte de governar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n.1, pp.5 -13, Jan/Jun 2011.